

Entrevista da Semana Alexandre Damásio - 'O Desenrola não funcionou no Grande ABC'

entrevista da semana

Alexandre Damásio, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Caetano



RAIO X

Nome: Alexandre Damásio Coelho, idade: 50 anos. Local de nascimento: São Bernardo. Formação: Direito, pós-graduado em direito eleitoral pela UNB (Universidade de Brasília) e em direito público pela ESA OAB/SP, MBA em varejo e consumo e especialização em macroeconomia pela USP (Universidade de São Paulo). Hobby: Lr. Local predileto: minha casa. Livro que recomenda: Cartas de Um Diabo a Seu Aprendiz, de C.S. Lewis. Personalidade que marcou a sua vida: não tem. Profissão: Advogado.

'O Desenrola não funcionou no Grande ABC'

NILTON VALENTIM niltonvalentim@cgabc.com.br

Se somadas todas as dívidas em atraso do Grande ABC, o valor se aproxima dos R\$ 6 bilhões, com pouco mais de 1 milhão de pessoas com o nome su-

jo. A inadimplência é uma das especialidades do advogado Alexandre Damásio. Ele ocupa a presidência da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) de São Caetano e acompanha de perto as relações entre o consumo e a renda, bem como as consequên-

cias em vez das pessoas. Defensor da educação financeira, utiliza métodos para afirmar que o Desenrola, do governo federal, não funcionou na região. Programa só baixou débitos com setor financeiro em quatro pontos percentuais, de 73,3% a 69,1%.

O Grande ABC fechou o ano de 2023 com pouco mais de 1 milhão de pessoas com o nome sujo, que juntas devem quase R\$ 6 bilhões. Como reduzir estes números?

Fazendo um pacto social com diversas frentes, oportunizando a geração de riqueza, ofertando educação financeira e executando ações com resultados imediatos e a médio prazo. Eu listo as seguintes ações prioritárias para 2024: a criação de uma mapa regional com a cadeia produtiva dos setores econômicos de cada município para entendermos demandas e ociosidades. Esses dados podem ser construídos a partir de dados públicos e dados primários das próprias prefeituras.

A digitalização da emissão de nota fiscal, que oportuniza o planejamento de faturamento de cada município para entendermos demandas e ociosidades. Esses dados podem ser construídos a partir de dados públicos e dados primários das próprias prefeituras. A digitalização da emissão de nota fiscal, que oportuniza o planejamento de faturamento de cada município para entendermos demandas e ociosidades. Esses dados podem ser construídos a partir de dados públicos e dados primários das próprias prefeituras.

O que o cidadão comum pode fazer para não entrar nesta lista dos negativados? Devemos entender que os bancos de dados são importantes para a economia do País e também para as empresas e consumidores. A negociação é



"O primeiro passo para o abismo é somar salário com cheque especial."

um mecanismo do processo de concessão de crédito e a existência do SPC (Serviço de Proteção de Crédito) auxilia bastante os bons pagadores. Estar negativado é um momento ruim desse processo e deve ser encarado como algo passageiro. A dica comum a todos consumidores de qualquer faixa de renda é não confundir receita - aquilo que o consumidor ganha - com crédito, que é o cheque especial e o cartão. O primeiro passo para o abismo é somar salário com cheque especial, o segundo passo para o abismo é usar o cartão de crédito como se fosse dinheiro vivo. Não quer ser negativado, então compre parcelado em menor número de parcelas, coloque as contas mensais comuns - luz, água, gás - em débito automático. Não vai conseguir pagar a dívida, não tem renda ou disponibilidade naquele mês? Renegocie. Corte gastos e procure mais uma fonte de renda.

É possível ensinar as pessoas a se relacionarem com o dinheiro?

Sem sombra de dúvida. O problema está em entender o objetivo de inadimplência de pessoas físicas do Grande ABC para demonstrar o impacto do Desenrola na nossa região. Em junho de 2023, quando do lançamento do programa, 73,36% das divi-

das estavam no setor financeiro e em dezembro último o percentual era de 69,1%. Pelo menos no Grande ABC não funcionou.

O governo deverá lançar um programa semelhante para empresas nos próximos dias. O que o sr. espera disso? Tive a oportunidade de conversar com o ministro Márcio França no fim do ano passado e nessa audiência ele comentou sobre a ideia de um Desenrola para Pessoas Jurídicas. Acredito que deva haver vários entraves - muitos relativos a garantias, como nos programas de crédito da pandemia.

Como os governantes poderiam contribuir para a diminuição da inadimplência? Devo responder esse pergunta com muita cautela, sob pena de algum agente público ter uma grande ideia e transferir obrigações para iniciativa privada ou propor ações que sobram na conta do consumidor. Não queremos isso. Uma lição importante para ser resgatada é que o controle da inflação no Plano Real foi uma ação econômica e comportamental, de sorte que os governantes, primeiro, devem entender que a inadimplência é um problema de todos e sua solução demanda trabalho de todos. Devem contribuir fortalecendo e oportunizando ações

de educação financeira para população economicamente ativa da sua cidade, apoiar os feirões de renegociação de dívidas e também sugiro a criação de um cadastro positivo dos contribuintes municipais. Faço outra ressalva, no Grande ABC não temos o hábito de negativar as dívidas públicas. Os municípios protestam suas dívidas. Aqui no Diário já houve uma reportagem sobre esse tema e tenho críticas profundas sobre essa prática. Protestar um contribuinte dificulta sobretudo o pagamento da dívida pois mesmo que ele pague a dívida original ainda tem que pagar as pesadas taxas e emolumentos do cartório de protesto. Pagou a dívida, mas não pagou o cartório, vai continuar protestado.

A CDL realiza um estudo sobre a questão da inadimplência no Grande ABC. Como esse índice é utilizado? Para entendermos a importância desse estudo vale lembrar que somos a única região do Brasil que monitora a inadimplência dos consumidores em sete cidades, todos os meses, com parametrização de comparação de inadimplência no período de 12 meses e variação de inadimplência com o mês anterior, comparando a inadimplência do Grande ABC com a da região Sudeste e com a do Brasil e ainda a variação da taxa de inadimplência de devedor, sexo, ticket médio e tempo de dívida. O estudo ainda apresenta a variação do percentual de dívidas em cinco setores econômicos: bancos, comunicação, comércio, água, luz e outros. Não tenho dúvida de que é um importante indicador regional e que diferencia positivamente o Grande ABC em comparação com outras regiões metropolitanas. Esse índice deveria ser usado como ferramenta de previsibilidade e comparativo histórico do comportamento do consumidor, permitindo que os investidores entendam o momento atual do consumo e do crédito em comparação com determinado período passado, identificando tendências e padrões. Também serve para identificar problemas setoriais, mitigar riscos e projetar políticas públicas e ações privadas de melhoria do ambiente de negócios. A amostragem por município particulariza o dado e as populações entregam uma inteligência competitiva para as empresas entrantes,

para investidores e para empresas instaladas que dependam do público local, categorizando o consumidor e a capacidade de endividamento. Até o absentismo e a produção das empresas podem ser mitigados com o acompanhamento do superendividamento do consumidor.

Muitas pessoas acreditam que após cinco anos as dívidas somem. Isso é verdade ou mito? Mito. As dívidas inscritas nos cadastros de negativados podem ser consultadas por cinco anos ou até serem pagas. Após esse período a informação não estará mais disponível. No entanto, ela não some, o Código Civil prevê que o credor pode cobrar o devedor independentemente da negativação.

O perfil do Grande ABC mudou, com a saída de várias empresas de grande porte. Isso interfere na questão da inadimplência, uma vez que os salários em setores como comércio e serviços são mais baixos? Vivemos um momento histórico com a transição da matriz econômica do Grande ABC de indústria para 'sabe-se lá o quê'. A última transição de matriz econômica foi na década de 1960 do século passado, de uma economia rural para a metal-mecânica. Mesmo assim continuamos produzindo riqueza, atraindo novos setores, evidenciando o potencial consumidor da população da região, pensando e discutindo essa transição. A relação de inadimplência e renda não é imediata. Inadimplência é uma relação próxima à concessão de crédito e à concessão de crédito que o salário tem influência mais relevante. Creio que a saída de grandes empresas e dos salários pagos por esses empregadores diminuem a facilidade e a capacidade de tomar crédito com menos garantias e juros diferenciados.

das estavam no setor financeiro e em dezembro último o percentual era de 69,1%. Pelo menos no Grande ABC não funcionou.

O governo deverá lançar um programa semelhante para empresas nos próximos dias. O que o sr. espera disso? Tive a oportunidade de conversar com o ministro Márcio França no fim do ano passado e nessa audiência ele comentou sobre a ideia de um Desenrola para Pessoas Jurídicas. Acredito que deva haver vários entraves - muitos relativos a garantias, como nos programas de crédito da pandemia.

Como os governantes poderiam contribuir para a diminuição da inadimplência? Devo responder esse pergunta com muita cautela, sob pena de algum agente público ter uma grande ideia e transferir obrigações para iniciativa privada ou propor ações que sobram na conta do consumidor. Não queremos isso. Uma lição importante para ser resgatada é que o controle da inflação no Plano Real foi uma ação econômica e comportamental, de sorte que os governantes, primeiro, devem entender que a inadimplência é um problema de todos e sua solução demanda trabalho de todos. Devem contribuir fortalecendo e oportunizando ações

de educação financeira para população economicamente ativa da sua cidade, apoiar os feirões de renegociação de dívidas e também sugiro a criação de um cadastro positivo dos contribuintes municipais. Faço outra ressalva, no Grande ABC não temos o hábito de negativar as dívidas públicas. Os municípios protestam suas dívidas. Aqui no Diário já houve uma reportagem sobre esse tema e tenho críticas profundas sobre essa prática. Protestar um contribuinte dificulta sobretudo o pagamento da dívida pois mesmo que ele pague a dívida original ainda tem que pagar as pesadas taxas e emolumentos do cartório de protesto. Pagou a dívida, mas não pagou o cartório, vai continuar protestado.

A CDL realiza um estudo sobre a questão da inadimplência no Grande ABC. Como esse índice é utilizado? Para entendermos a importância desse estudo vale lembrar que somos a única região do Brasil que monitora a inadimplência dos consumidores em sete cidades, todos os meses, com parametrização de comparação de inadimplência no período de 12 meses e variação de inadimplência com o mês anterior, comparando a inadimplência do Grande ABC com a da região Sudeste e com a do Brasil e ainda a variação da taxa de inadimplência de devedor, sexo, ticket médio e tempo de dívida. O estudo ainda apresenta a variação do percentual de dívidas em cinco setores econômicos: bancos, comunicação, comércio, água, luz e outros. Não tenho dúvida de que é um importante indicador regional e que diferencia positivamente o Grande ABC em comparação com outras regiões metropolitanas. Esse índice deveria ser usado como ferramenta de previsibilidade e comparativo histórico do comportamento do consumidor, permitindo que os investidores entendam o momento atual do consumo e do crédito em comparação com determinado período passado, identificando tendências e padrões. Também serve para identificar problemas setoriais, mitigar riscos e projetar políticas públicas e ações privadas de melhoria do ambiente de negócios. A amostragem por município particulariza o dado e as populações entregam uma inteligência competitiva para as empresas entrantes,

para investidores e para empresas instaladas que dependam do público local, categorizando o consumidor e a capacidade de endividamento. Até o absentismo e a produção das empresas podem ser mitigados com o acompanhamento do superendividamento do consumidor.

Muitas pessoas acreditam que após cinco anos as dívidas somem. Isso é verdade ou mito? Mito. As dívidas inscritas nos cadastros de negativados podem ser consultadas por cinco anos ou até serem pagas. Após esse período a informação não estará mais disponível. No entanto, ela não some, o Código Civil prevê que o credor pode cobrar o devedor independentemente da negativação.

O perfil do Grande ABC mudou, com a saída de várias empresas de grande porte. Isso interfere na questão da inadimplência, uma vez que os salários em setores como comércio e serviços são mais baixos? Vivemos um momento histórico com a transição da matriz econômica do Grande ABC de indústria para 'sabe-se lá o quê'. A última transição de matriz econômica foi na década de 1960 do século passado, de uma economia rural para a metal-mecânica. Mesmo assim continuamos produzindo riqueza, atraindo novos setores, evidenciando o potencial consumidor da população da região, pensando e discutindo essa transição. A relação de inadimplência e renda não é imediata. Inadimplência é uma relação próxima à concessão de crédito e à concessão de crédito que o salário tem influência mais relevante. Creio que a saída de grandes empresas e dos salários pagos por esses empregadores diminuem a facilidade e a capacidade de tomar crédito com menos garantias e juros diferenciados.

O que o cidadão comum pode fazer para não entrar nesta lista dos negativados? Devemos entender que os bancos de dados são importantes para a economia do País e também para as empresas e consumidores. A negociação é

um mecanismo do processo de concessão de crédito e a existência do SPC (Serviço de Proteção de Crédito) auxilia bastante os bons pagadores. Estar negativado é um momento ruim desse processo e deve ser encarado como algo passageiro. A dica comum a todos consumidores de qualquer faixa de renda é não confundir receita - aquilo que o consumidor ganha - com crédito, que é o cheque especial e o cartão. O primeiro passo para o abismo é somar salário com cheque especial, o segundo passo para o abismo é usar o cartão de crédito como se fosse dinheiro vivo. Não quer ser negativado, então compre parcelado em menor número de parcelas, coloque as contas mensais comuns - luz, água, gás - em débito automático. Não vai conseguir pagar a dívida, não tem renda ou disponibilidade naquele mês? Renegocie. Corte gastos e procure mais uma fonte de renda.

É possível ensinar as pessoas a se relacionarem com o dinheiro?

Sem sombra de dúvida. O problema está em entender o objetivo de inadimplência de pessoas físicas do Grande ABC para demonstrar o impacto do Desenrola na nossa região. Em junho de 2023, quando do lançamento do programa, 73,36% das divi-

das estavam no setor financeiro e em dezembro último o percentual era de 69,1%. Pelo menos no Grande ABC não funcionou.

O governo deverá lançar um programa semelhante para empresas nos próximos dias. O que o sr. espera disso? Tive a oportunidade de conversar com o ministro Márcio França no fim do ano passado e nessa audiência ele comentou sobre a ideia de um Desenrola para Pessoas Jurídicas. Acredito que deva haver vários entraves - muitos relativos a garantias, como nos programas de crédito da pandemia.

Como os governantes poderiam contribuir para a diminuição da inadimplência? Devo responder esse pergunta com muita cautela, sob pena de algum agente público ter uma grande ideia e transferir obrigações para iniciativa privada ou propor ações que sobram na conta do consumidor. Não queremos isso. Uma lição importante para ser resgatada é que o controle da inflação no Plano Real foi uma ação econômica e comportamental, de sorte que os governantes, primeiro, devem entender que a inadimplência é um problema de todos e sua solução demanda trabalho de todos. Devem contribuir fortalecendo e oportunizando ações

de educação financeira para população economicamente ativa da sua cidade, apoiar os feirões de renegociação de dívidas e também sugiro a criação de um cadastro positivo dos contribuintes municipais. Faço outra ressalva, no Grande ABC não temos o hábito de negativar as dívidas públicas. Os municípios protestam suas dívidas. Aqui no Diário já houve uma reportagem sobre esse tema e tenho críticas profundas sobre essa prática. Protestar um contribuinte dificulta sobretudo o pagamento da dívida pois mesmo que ele pague a dívida original ainda tem que pagar as pesadas taxas e emolumentos do cartório de protesto. Pagou a dívida, mas não pagou o cartório, vai continuar protestado.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 4